

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

**AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2026	Data de Abertura: 24/06/2026 Horário: 10:00h Plataforma eletrônica: <a href="https://www.licitanet.com.br/comprador">https://www.licitanet.com.br/comprador</a>
---------------------------------	---

Unidade Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
----------------------	-----------------------------

<b>Objeto</b>			
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de seguro e assistência aos discentes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Arraial do Cabo/RJ			
<b>Valor estimado</b>			
Valor anual (R\$): 41.212,80 (Quarenta e um mil, duzentos e doze reais e oitenta centavos). Valor Total (R\$): 82.425,60 (Oitenta e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
Não	Não	Aberto	Menor valor Global
<b>Itens Exclusivos para ME/EPP?</b>	<b>Itens com Cota Reservada para ME/EPP?</b>	<b>Exigência de Amostra?</b>	<b>Participação de Consórcio</b>
Não	Não	Não	Sim

<b>Intervalo mínimo de diferença entre lances</b>
R\$ 1,00 (um real)

<b>Agente de Contratação</b>
Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

<b>Fundamento Legal</b>
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/2025 e demais legislações pertinentes

<b>Observações Gerais:</b>
1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <a href="http://licitanet.com.br">http://licitanet.com.br</a> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <a href="http://www.arraial.rj.gov.br">http://www.arraial.rj.gov.br</a> . 2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites <a href="http://www.arraial.rj.gov.br">www.arraial.rj.gov.br</a> e <a href="http://licitanet.com.br">http://licitanet.com.br</a> , para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

## 1. DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de seguro e assistência aos discentes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Arraial do Cabo/RJ, conforme especificações contantes no Termo de Referência (ANEXO I) do Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR GLOBAL**, observadas as exigências contidas no presente Edital e seus anexos.

1.3 - Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente regulamentado pelo Decreto Municipal nº 4.483/2025, o Município de Arraial do Cabo faz saber que está em andamento um processo de contratação direta por dispensa de licitação, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo **prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

1.4 - Cabe ressaltar que o valor esposto no art. 75, II da Lei 14.133/2021, fora atualizado pelo Decreto nº 12.807, de 29 de Dezembro de 2025, passando a ser **R\$ 65.492,11 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)**.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Dispensa Eletrônica os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no LICITANET (<http://licitanet.com.br>).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. A presente Dispensa de Licitação ficará aberta por um período de 3 (três) dias úteis, a partir da data da divulgação no site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados através do site: <http://licitanet.com.br>, observando-se ao número do processo e o número da dispensa.

3.2. Data Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **24/06/2026 até as 09:59 hrs.**

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

3.3.1 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3.3.3 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

3.3.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5 - O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6 - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 - O intervalo mínimo entre os lances será de R\$ 1,00 (um real).

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

3.9.3 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS.

4.2 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:

4.2.1 - Valor unitário e total do item/lote ou desconto percentual, conforme o caso.

4.2.2 - Quantidade.

4.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 - Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.

4.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5 - Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

4.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 - O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, contar da data de sua apresentação.

4.10.1 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

4.11 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. FASE DE HABILITAÇÃO**

5.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), sendo eles:

5.2 - **EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO:**

5.3 - Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

5.4 - **Habilitação Jurídica**

5.5 - A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos documentos previstos no art. 62, I, da Lei nº 14.133/2021, conforme o tipo societário da Contratada.

5.6 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.7 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.8 - Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP): ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza jurídica da empresa, acompanhado de documento que comprove seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;

5.9 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.10 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

5.11 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.12 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.13 - Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

5.14 - Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.15 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**5.16 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

5.17 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.18 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

5.19 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.20 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.21 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.22 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, referente a todos os créditos tributários e à Dívida Ativa por eles administrados;

5.23 - Prova de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.24 - Prova de cumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.25 - Certidões Negativas de inidoneidade do CEIS e CNEP;

5.26 - Certidão Negativa de licitante inidôneo emitida pelo TCU;

5.27 - Certificado de Registro Cadastral no SICAF;

5.28 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.29 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**5.30 - Qualificação Econômico-Financeira**

5.31 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

5.32 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

5.33 - A boa situação financeira da empresa será avaliada mediante obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

fórmulas:

5.34 -  $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

5.35 -  $SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$

5.36 -  $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

5.37 - Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 5% do valor total estimado da contratação para o período de 12 meses.

5.38 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

5.39 - As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.40 - **Qualificação Técnica**

5.41 - Para fins de execução plena do objeto requerido, será necessário que a empresa tenha qualificação técnica para tal de acordo com as descrições a seguir:

5.42 - Comprovar autorização de funcionamento como sociedade seguradora, expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em plena validade, estando habilitada a operar no ramo de seguro compatível com o objeto da contratação;

5.43 - Comprovar registro ou autorização para comercialização do produto de seguro ofertado, conforme regulamentação da SUSEP, quando aplicável.

## 6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a execução das coberturas securitárias constitui atividade privativa de seguradora devidamente autorizada a operar no mercado, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução das obrigações assumidas.

## 7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e da fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

## 8. DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento será efetuado à contratada conforme regras estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

## 9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DO RECURSO

9.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail: [compras.licitacao@arraial.rj.gov.br](mailto:compras.licitacao@arraial.rj.gov.br).



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

9.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.6 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, cabe recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de (art. 165, I da Lei nº 14.133/2021):

a - Julgamento das propostas (art. 165, I, “b”);

b- Ato de habilitação ou inabilitação de licitante (art. 165, I, “c”);

c- Anulação ou revogação da licitação (art. 165, I, “d”);

d- Extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração (art. 165, I, “e”).

8.7 - Se apresentado recurso em virtude do disposto nas letras “a” e “b” do item anterior, serão observadas as seguintes disposições (art. 165, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

I- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, da ata de julgamento;

II- A apreciação dar-se-á em fase única;

9.8 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (art. 165, § 2º [primeira parte] da Lei nº 14.133/2021).

9.9 - Apresentado recurso, será aberto prazo para apresentação de contrarrazões, será o mesmo do recurso - 3 (três) dias úteis - e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso (art. 165, § 4º da Lei nº 14.133/2021).

9.10 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (art. 165, § 5º da Lei nº 14.133/2021).

9.11 - Apresentadas as contrarrazões ou findo o prazo para apresentação destas, a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida terá prazo de 3 (três) dias úteis para apreciar o recurso e as contrarrazões.

9.12 - Se não reconsiderar o ato ou a decisão, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (art. 165, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

9.13 - O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento (art. 165, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

9.14 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.15 - A petição de impugnação/recurso apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador. No caso de impugnação deve vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

9.16 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias (art. 168, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

## **10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

10.2 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

10.3 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.4 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

10.5 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

10.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

10.7 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

10.8 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.arraial.rj.gov.br/>.

10.9 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO IV – VALORES ENCONTRADOS EM PESQUISA DE PREÇOS

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

Arraial do Cabo, 16 de Junho de 2026.

---

**DIOGO DOS SANTOS DE MORAES**  
Secretário Municipal de Compras e Licitações



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

---

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

# **Instrumento de assistência ao discente em casos de acidente escolar**

**Versão 1**



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de **empresa especializada para a prestação de serviços continuados de seguro e assistência aos discentes** regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Arraial do Cabo/RJ, em atendimento ao **Fundo Municipal de Educação** para ocorrências decorrentes de acidentes pessoais verificados no ambiente escolar ou em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou institucionais vinculadas às unidades escolares. O quantitativo corresponderá ao número de alunos matriculados, admitidas variações ao longo do período letivo, com pagamento vinculado à quantidade mensal efetivamente assistida.

Mapas Discentes de 2025	
ALUNOS MATRICULADOS	
ABRIL	6143
MAIO	6141
JUNHO	6169
JULHO	5882
AGOSTO	6025
OUTUBRO	6061
NOVEMBRO	6049
MÉDIA DE ALUNOS REGULARMENTE MATRICULADOS	6067

13

Quantidade Máxima de Alunos nas Unidades Escolares	
ENSINO	CAPACIDADE MÁXIMA DE ALUNOS
INFANTIL	3180
FUNDAMENTAL	5615
MÉDIO	175
EJA - CICLO, FASE, MÉDIO	570
CAPACIDADE MÁXIMA TOTAL DE ALUNOS	9540

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

à **utilização real do serviço**, apurada mensalmente mediante envio de listagem atualizada à contratada, contendo a relação de alunos matriculados no mês de referência, na qual deverá constar a discriminação do quantitativo por segmento de ensino, incluindo, no mínimo, pré-escola, creche, ensino fundamental, ensino médio, Educação de Jovens e Adultos: (EJA) – ensino fundamental e EJA – ensino médio, de modo a permitir a adequada aferição da base de cálculo e a correta execução contratual.

1.1.2. Esse modelo possibilita compatibilizar previsibilidade orçamentária com flexibilidade operacional, evitando tanto a contratação insuficiente quanto o dispêndio por quantitativos não utilizados.

1.1.3. Deverá ser considerada a quantidade da capacidade máxima de alunos comportada nas unidades, que é de **9.540 vidas/mês**, com uma média mensal estimada em 6.067 vidas/mês.

20.

## **1.2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO À HETEROGENEIDADE OU COMPLEXIDADE**

1.2.1. O objeto caracteriza-se como serviço comum, de natureza padronizada, cujos padrões de desempenho e qualidade são usualmente estabelecidos pelo mercado e passíveis de definição objetiva, não apresentando elevada complexidade técnica ou heterogeneidade relevante.

21.

## **1.3. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO**

1.3.1. Trata-se de serviço de natureza continuada, com execução sucessiva e cobertura permanente durante todo o período de vigência contratual, demandando atendimento contínuo.

22.

## **1.4. PRAZO DE VIGÊNCIA**

1.4.1. A vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da sua publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), podendo ser prorrogado, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decretos Municipais Nº 4.483/2025 e Nº 4.484/2025. A execução será mediante ordem de serviço emitida pela Administração, com vigência concomitante a publicação do contrato

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

no PNCP, sendo acionada sempre que houver ocorrência de sinistro envolvendo os discentes segurados, conforme as condições e coberturas estabelecidas no contrato.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação a seguir faz referência à pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar **Nº 12/2026**, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. A contratação de seguro escolar para os discentes da Rede Municipal de Ensino decorre do dever constitucional e legal do Poder Público de assegurar a integridade física, a proteção e o bem-estar dos alunos sob sua guarda, em consonância também com o princípio da proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Compete à Administração adotar medidas preventivas e assistenciais que garantam segurança, dignidade e amparo aos estudantes, bem como suporte às famílias diante de eventuais incidentes ocorridos no contexto das atividades escolares.
- 2.3. O cotidiano escolar envolve discentes em múltiplas atividades pedagógicas, esportivas, recreativas, culturais e deslocamentos supervisionados, realizadas dentro e fora das unidades de ensino, circunstâncias que, ainda que acompanhadas por ações de prevenção e supervisão permanente, podem ensejar a ocorrência de eventos imprevisíveis com potencial necessidade de atendimento assistencial.
- 2.4. Atualmente, a rede conta com a presença de técnicos de enfermagem em suas unidades, todavia, a atuação desses profissionais é desempenhar um primeiro atendimento e na estabilização imediata de intercorrências, bem como dedicada ao atendimento individualizado de alunos que demandam cuidados contínuos, como a ministração de medicamentos controlados e dietas via sonda (alimentação especial). Essa estrutura, embora essencial para a inclusão escolar, mostra-se insuficiente na gestão de acidentes e eventos traumáticos imprevistos.
- 2.5. Dessa forma, a contratação do seguro escolar mostra-se necessária para assegurar resposta imediata e adequada em casos de sinistros, garantindo proteção aos discentes, mitigação de riscos institucionais e maior estabilidade financeira e administrativa, em conformidade com os princípios da dignidade da pessoa humana, da prevenção, da eficiência e do interesse público, fortalecendo a política educacional do Município de



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

Arraial do Cabo e o compromisso com a segurança e o desenvolvimento pleno dos estudantes.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A solução adotada consiste na contratação de seguro escolar coletivo destinado aos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, com a finalidade de garantir cobertura assistencial e indenizatória em casos de acidentes pessoais ocorridos no ambiente escolar ou em atividades pedagógicas, esportivas, culturais, extracurriculares e demais ações vinculadas ou supervisionadas pela Administração, inclusive durante deslocamentos autorizados.
- 3.2. O modelo será estruturado por meio de apólice única, de caráter coletivo, abrangendo todos os discentes informados periodicamente pela Administração, com atualização dinâmica do cadastro de beneficiários conforme a movimentação de matrículas, transferências e desligamentos ao longo do ano letivo. A cobertura deverá contemplar, no mínimo, **despesas médico-hospitalares, odontológicas e emergenciais/ambulatoriais, indenizações por invalidez permanente ou morte acidental, auxílio funeral por morte acidental e demais garantias compatíveis com o público atendido**, observadas as normas regulatórias expedidas pela Superintendência de Seguros Privados. Deverá garantir também cobertura integral a alunos com deficiência (PCD), sem cláusulas de exclusão baseadas em condições preexistentes de mobilidade, respeitando o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- 3.3. A execução contratual deverá assegurar atendimento contínuo e tempestivo, com disponibilização de canais acessíveis de comunicação às unidades escolares e às famílias, orientação quanto aos procedimentos de acionamento, rede credenciada compatível com a abrangência territorial do Município de Arraial do Cabo ou possibilidade de reembolso, bem como mecanismos de regulação e acompanhamento dos sinistros, de modo a garantir efetividade prática da assistência e redução do tempo de resposta.
- 3.4. Caberá ainda à contratada manter suporte administrativo permanente, incluindo gestão cadastral das vidas seguradas, processamento de inclusões e exclusões, emissão de relatórios gerenciais, atendimento aos usuários e manutenção de estrutura operacional apta a assegurar a continuidade e a regularidade do serviço durante toda a vigência

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

contratual. Por se tratar de serviço continuado e imaterial, não haverá fornecimento ou incorporação de bens, concentrando-se as obrigações na eficiência operacional e na qualidade do atendimento.

3.5. Sob o aspecto técnico e econômico, o modelo coletivo apresenta maior racionalidade administrativa, padronização da proteção, simplificação da gestão e melhor relação custo-benefício, em razão do ganho de escala e da previsibilidade das despesas, além de transferir os riscos financeiros à seguradora, contribuindo para a estabilidade orçamentária e para a mitigação de responsabilidades do ente público.

3.6. Dessa forma, a solução mostra-se adequada, eficiente e vantajosa, atendendo às necessidades da Rede Municipal de Ensino e aos princípios da continuidade do serviço público, da economicidade e da proteção integral aos estudantes.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

23. Visando manter os níveis desta contratação dentro dos padrões adequados, verifica-se a necessidade de estabelecer, no mínimo, as seguintes exigências:

24.

##### 4.1 REQUISITOS DE NEGÓCIO DA SOLUÇÃO

4.1.1 A contratação de seguro escolar coletivo deverá assegurar proteção aos discentes da Rede Municipal de Ensino, com cobertura para acidentes pessoais ocorridos no ambiente escolar ou em atividades educacionais vinculadas, garantindo atendimento adequado em caso de sinistro. A apólice deverá abranger o quantitativo de alunos atendidos pelo Fundo Municipal de Educação do Município de Arraial do Cabo/RJ, com possibilidade de atualização periódica dos beneficiários ao longo do ano letivo.

4.1.2 A cobertura mínima deverá incluir despesas **médico-hospitalares, odontológicas e emergenciais/ambulatoriais decorrentes de acidente pessoal, indenização por invalidez permanente total ou parcial por acidente, indenização por morte acidental e auxílio funeral por morte acidental**, observando padrões de qualidade e segurança compatíveis com o mercado segurador regulado pela Superintendência de Seguros Privados. A execução contratual deverá assegurar canais acessíveis de comunicação, agilidade no processamento de sinistros e confiabilidade na prestação do serviço, em

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

consonância com os princípios da eficiência, economicidade e proteção integral previstos na Lei nº 14.133/2021 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**25.**

#### **4.2 REQUISITOS LEGAIS DA SOLUÇÃO**

- 4.2.1 A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as seguintes normatizações:
- 4.2.2 **DECRETO Nº 4.483 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025**, que Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Arraial do Cabo.
- 4.2.3 **DECRETO Nº 4.484 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025**, que institui as normas gerais de trâmite processual referente as licitações e contratações firmadas pela Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional do Município de Arraial do Cabo e dá outras providências.
- 4.2.4 **DECRETO Nº 4.381 DE 03 DE JUNHO DE 2025**, que Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Município de Arraial do Cabo e dá outras providências.
- 4.2.5 **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei Nº 13.709/2018 (LGPD)**, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- 4.2.6 **Lei Federal Nº 14.133/21**, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
- 4.2.7 **Lei Complementar Nº 123/2006**, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada.
- 4.2.8 **Decreto Federal Nº 8.538/2015**, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

4.2.9 A contratação deverá observar as disposições do **Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966**, que institui o Sistema Nacional de Seguros Privados, bem como as normas e regulamentações expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) aplicáveis às operações de seguros.

4.2.10 **Lei Complementar 213/2025** que altera diversos dispositivos do Decreto Lei 73/1996.

4.2.11 **Lei 15.040/2024**, que revoga diversos dispositivos do Decreto-Lei quanto a relação contratual, visando modernizar as regras para consumidores e seguradoras.

26.

### 4.3 REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO

4.3.1 Também são requisitos relevantes a serem exigidos das empresas, no mínimo, os abaixo relacionados:

4.3.2 Aderência aos termos do instrumento convocatório da contratação e às legislações federal, estadual, municipal e normatizações relacionadas vigentes;

4.3.3 Compromisso com a redução do impacto ambiental negativo e com a proteção ao meio natural e antrópico;

4.3.4 Comprometimento com o uso de produtos certificados e que não contenham potencial agressivo e prejudicial às pessoas, a animais, ao meio ambiente e ao patrimônio;

4.3.5 Aderência às normas técnicas em geral, em especial as relacionadas com saúde operacional e segurança do trabalho;

4.3.6 Compromisso com o bem-estar, progresso profissional e pessoal de seus colaboradores;

4.3.7 Combate ao trabalho infantil ilegal e ao trabalho escravo e análogo a escravo;

4.3.8 Adoção de requisitos que não limitem a competição e não deixe a Unidade Requisitante dependente da Contratada;

4.3.9 Garantia da prevalência dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, isonomia, publicidade, probidade administrativa, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório em todo o processo licitatório.

27.

### 4.4 SUSTENTABILIDADE

4.4.1 A presente contratação observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, buscando resultados vantajosos à Administração sob as perspectivas econômica, social e de eficiência na gestão dos

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

recursos públicos. Sob a dimensão social, a prestação de proteção e assistência aos discentes constitui medida preventiva que contribui para a preservação da integridade física, da dignidade e do bem-estar dos estudantes, favorecendo ambiente escolar mais seguro, inclusivo e estável, além de assegurar tratamento isonômico a todos, independentemente da condição socioeconômica, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 4 (Educação de Qualidade) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), da Organização das Nações Unidas.

- 4.4.2 Considerando a natureza predominantemente imaterial do serviço, a execução contratual deverá adotar boas práticas ambientais e de racionalização de recursos, com priorização de meios digitais para emissão de documentos, comunicações e relatórios, redução do consumo de papel e insumos e simplificação de procedimentos administrativos, observando, no que couber, as diretrizes da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.
- 28.

#### **4.5 SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a execução das coberturas securitárias constitui atividade privativa de seguradora devidamente autorizada a operar no mercado, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução das obrigações assumidas.

29.

#### **4.6 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 4.6.1 Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto, que consiste na contratação de seguro escolar, serviço de baixa complexidade operacional e baixo risco de inadimplemento contratual. Ademais, as sociedades seguradoras são reguladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), circunstância que contribui para a mitigação dos riscos da contratação, não se mostrando necessária a exigência de garantia para a adequada execução do contrato.

30.

#### **4.6.2 VISTORIA**

- 4.6.3 Não será exigida vistoria prévia para participação no certame, tendo em vista que o objeto da contratação consiste na prestação de serviço de seguro escolar, cuja execução não

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

demanda avaliação prévia de instalações ou bens por parte das licitantes. As informações necessárias para a formulação das propostas estarão disponíveis no Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório, sendo de responsabilidade das licitantes a análise das condições e especificações do objeto.

31.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5.1 Condições de Execução**

5.1.1 A execução do objeto consistirá na contratação de seguro coletivo de acidentes pessoais em favor dos discentes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Arraial do Cabo/RJ, garantindo cobertura securitária durante todo o período de vigência do contrato, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

### **5.2 Início da execução do objeto:**

5.2.1 A vigência do contrato terá início a partir de sua publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), assim como a vigência de execução do objeto.

5.2.2 A emissão da apólice coletiva deverá ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da referida publicação.

5.2.3 A cobertura securitária deverá ter início na mesma data da vigência contratual, assegurando proteção contínua aos discentes indicados pela Administração, ainda que a formalização definitiva da apólice ocorra posteriormente dentro do prazo estabelecido.

5.2.4 A execução será a partir da publicação do contrato no PNCP, sendo acionada sempre que houver ocorrência de sinistro envolvendo os discentes segurados, conforme as condições e coberturas estabelecidas no contrato.

5.2.5 A contratada deverá emitir a apólice coletiva de seguro escolar, contemplando todos os alunos indicados pela Administração, com possibilidade de inclusão e exclusão de beneficiários ao longo da vigência contratual, conforme atualização periódica da relação de discentes matriculados.

### **5.3 Local de Prestação do Serviço**



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

5.3.1 A prestação do serviço ocorrerá de forma indireta, mediante cobertura securitária aos discentes da Rede Municipal de Ensino do Município de Arraial do Cabo/RJ, abrangendo:

- dependências das unidades escolares;
- atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou recreativas promovidas pela escola;
- atividades extracurriculares autorizadas;
- deslocamentos supervisionados pela instituição de ensino.

5.3.2 A apólice e demais documentos contratuais deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente em formato digital (e se solicitado, cópia física).

#### **5.4 Informações Relevantes para o Dimensionamento da Proposta**

5.4.1 Para elaboração da proposta, o fornecedor deverá considerar:

5.4.2 O quantitativo máximo estimado de alunos na Rede Municipal de Ensino;

5.4.3 A possibilidade de variação no número de segurados ao longo do período letivo, mediante inclusões ou exclusões informadas pela Administração;

5.4.4 As coberturas mínimas previstas neste Termo de Referência, incluindo **despesas médico-hospitalares, odontológicas e emergenciais/ambulatoriais decorrentes de acidente pessoal, indenização por invalidez permanente total ou parcial por acidente, indenização por morte acidental e auxílio funeral individual por morte acidental.**

5.4.5 Para fins deste termo, são definidos os seguintes conceitos e planos de coberturas:  
32.

5.4.6 **Acidente Pessoal:** É o evento fortuito, exclusivamente e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte ou invalidez permanente total ou parcial do segurado ou torne necessário tratamento médico e/ou odontológico.

5.4.7 **Morte Acidental:** Garante aos beneficiários indicados o pagamento de uma indenização de 100% ao valor do Capital Segurado na Cobertura, em caso de falecimento do Segurado decorrente de acidente pessoal devidamente coberto.

5.4.8 **Invalidez Permanente por Acidente:** Garante ao próprio Segurado o pagamento de uma indenização, conforme tabela proporcional ao valor do Capital Segurado de até

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

100% do Capital Segurado na Cobertura, após o reconhecimento da invalidez permanente pela CONTRATADA, relativa à perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente, mediante comprovação por laudo médico.

5.4.9 **Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas:** Despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em consequência direta de acidente pessoal coberto.

5.4.10 **Auxílio Funeral Individual por Morte Acidental:** cobertura destinada ao custeio ou reembolso das despesas funerárias decorrentes do falecimento do discente segurado em razão de acidente pessoal coberto pela apólice. A cobertura compreenderá as despesas necessárias à realização dos serviços funerários, tais como preparação do corpo, urna funerária, velório, traslado, sepultamento ou cremação, entre outros procedimentos inerentes ao funeral, observados os limites do capital segurado e as condições gerais do produto de seguro registrado pela seguradora junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

5.4.11 A apólice de seguro contratada deverá garantir as seguintes coberturas e capital:

33.

5.4.12 **Morte Acidental:** pagamento do capital segurado individual, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em caso de falecimento do segurado decorrente exclusivamente de acidente pessoal coberto pelo seguro;

34.

5.4.13 **Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente:** pagamento de indenização, limitada ao valor do capital segurado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), caso haja perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, em virtude de lesão física causada por acidente pessoal coberto, mediante comprovação por laudo médico e desde que tais lesões sejam insuscetíveis de reabilitação ou recuperação pelos meios terapêuticos disponíveis no momento de sua constatação, exceto decorrente de riscos excluídos;

35.

5.4.14 **Despesas Médicas Hospitalares e Odontológicas:** reembolso das despesas médicas hospitalares e odontológicas incorridas no tratamento sob orientação médica, em

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

consequência direta de acidente pessoal coberto, dentro do período de cobertura da apólice e desde que iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados do acidente, até o limite do capital segurado de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

36.

5.4.15 **Auxílio Funeral por Morte Acidental:** cobertura destinada ao reembolso das despesas funerárias decorrentes do falecimento do segurado em razão de acidente pessoal coberto pela apólice, até o limite do capital segurado de R\$ 3.000,00 (três mil reais), mediante apresentação dos comprovantes das despesas realizadas, observadas as condições gerais do seguro e os riscos excluídos previstos na apólice.

37.

5.4.16 Os capitais segurados indicados acima correspondem ao valor per capita, ou seja, para cada segurado incluído na apólice.

5.4.17 Os capitais acima terão vigência a partir da efetiva implantação do seguro. Para novas inclusões será considerada como início da vigência a data da matrícula do aluno.

38.

5.4.18 **Apólice:**

5.4.19 A apólice de seguro será coletiva, com emissão de certificado individual e nominal a cada um dos alunos, quando solicitado, e a forma de custeio será não contributária.

5.4.20 A adesão será compulsória, abrangendo todo grupo segurável.

5.4.21 Não haverá franquia e/ou carência para nenhuma cobertura do plano de seguro a ser contratado.

5.4.22 A apólice coletiva e certificados individuais dos segurados deverão ser enviados por e-mail e entregues na Sede Administrativa da CONTRATANTE aos cuidados do gestor do contrato, quando solicitado.

5.4.23 **Sinistro:**

5.4.24 Na eventual ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do prêmio aos segurados e/ou beneficiários, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis a partir da efetiva entrega da documentação necessária à execução do pagamento.

5.4.25 A comprovação para a cobertura do beneficiário será o registro efetivo do aluno no Sistema Acadêmico da CONTRATANTE.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

5.4.26 A CONTRATADA responderá a qualquer solicitação feita pela CONTRATANTE através de meio eletrônico e/ou ofícios devidamente registrados em até 05 (cinco) dias corridos a contar da data de solicitação.

## **5.5 Especificação da garantia do serviço**

5.5.1 Aplicam-se à prestação do serviço as disposições previstas no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo das condições de cobertura e garantia previstas na apólice de seguro emitida pela contratada.

## **5.6 Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.6.1 Não serão necessários procedimentos específicos de transição ou finalização contratual, em razão das características do objeto, que se encerra com o término da vigência da apólice de seguro contratada.

## **5.7 Procedimento para acionamento do seguro (sinistro)**

5.7.1 Em caso de ocorrência de acidente pessoal envolvendo discente segurado, o sinistro poderá ser **comunicado** à contratada pela unidade escolar, pela Secretaria Municipal de Educação ou pelo responsável legal do aluno, mediante apresentação das informações e documentos necessários à abertura do processo de atendimento.

5.7.2 Quando a comunicação for realizada diretamente pelo responsável legal, a contratada deverá registrar a ocorrência e informar a Administração ou a unidade escolar responsável, a fim de possibilitar o acompanhamento do atendimento e a validação das informações relacionadas ao evento.

5.7.3 A contratada deverá disponibilizar canais de atendimento acessíveis, tais como telefone, endereço eletrônico ou sistema digital, para registro e acompanhamento dos sinistros, bem como fornecer orientações quanto aos procedimentos necessários para solicitação de cobertura securitária, garantindo transparência e acesso às informações relativas à cobertura securitária.

5.7.4 Após o recebimento da comunicação do sinistro e da documentação exigida, a contratada deverá proceder à análise e adoção das providências cabíveis para a concessão da cobertura prevista na apólice, observando os prazos e condições estabelecidos na

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

regulamentação do mercado de seguros e nas normas da Superintendência de Seguros Privados.

## 6. PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, REMESSA ÚNICA OU PARCELADA

- 6.1 A contratada deverá emitir a apólice coletiva de seguro no prazo máximo de **até 7 dias úteis** contados da publicação do contrato no PNCP.
- 6.2 A cobertura securitária deverá produzir efeitos a partir do início da vigência contratual, assegurando proteção contínua durante todo o período contratual aos discentes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino de Arraial do Cabo/RJ, conforme listagem disponibilizada pela Administração, independentemente da data de formalização definitiva da apólice.
- 6.3 A apólice e demais documentos pertinentes deverão ser encaminhados de forma digital (e cópia física se solicitado) ao setor administrativo da Secretaria Municipal de Educação de Arraial do Cabo, e-mail: adm.educacao@arraial.rj.gov.br, localizada no endereço: Praça Castelo Branco, Nº05, Praia dos Anjos, Arraial do Cabo, RJ, CEP: 28930-000.
- 6.4 Considerando a natureza do objeto, o serviço ocorrerá de forma contínua durante a vigência do contrato, não se aplicando remessa parcelada de bens, mas sim a disponibilização integral da cobertura securitária coletiva conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nas normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### 6.5 Abrangência da cobertura securitária

- 6.5.1 A cobertura do seguro deverá abranger acidentes pessoais ocorridos com os discentes segurados no interior das unidades escolares, durante a participação em atividades pedagógicas, esportivas, culturais ou recreativas promovidas pela instituição de ensino, bem como durante eventos, excursões, visitas técnicas e demais atividades escolares externas autorizadas/supervisionadas pela Administração.
- 6.5.2 A cobertura deverá incluir também acidentes ocorridos no trajeto residência–escola e escola–residência, desde que realizados no percurso habitual e em período compatível com o horário das atividades escolares.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

6.5.3 A cobertura deverá abranger também acidentes ocorridos durante o transporte escolar (e embarque/desembarque) fornecido ou autorizado pela Administração Pública.

## **6.6 Prazo para análise e pagamento de sinistro**

6.6.1 Após o recebimento da comunicação do sinistro e da documentação necessária para sua regulação, a contratada deverá proceder à análise do evento e ao pagamento da indenização ou reembolso eventualmente devido no prazo máximo estabelecido na regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

6.6.2 Caso seja necessária documentação complementar para análise do sinistro, a contratada deverá comunicar formalmente ao interessado e à Administração, suspendendo-se o prazo até o atendimento da pendência, conforme normas aplicáveis ao mercado de seguros.

39.

## **7. REGRAS E PRAZOS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

7.1 O recebimento do objeto ocorrerá mediante verificação da emissão da apólice de seguro e da disponibilização da cobertura securitária aos beneficiários indicados pela Administração.

7.2 O recebimento provisório será realizado pelo setor responsável no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da apresentação da apólice e dos demais documentos pertinentes, para fins de conferência quanto às condições contratadas.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade das coberturas, condições e vigência estabelecidas no contrato, atestando-se a adequada prestação do serviço.

7.4 A execução contratual permanecerá sujeita ao acompanhamento e fiscalização durante toda a vigência do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Para fins de medição e pagamento, será considerado o quantitativo de alunos efetivamente segurados no período de referência, conforme relação atualizada encaminhada pela



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

Administração, visto que a relação de beneficiários poderá ser atualizada periodicamente, mediante inclusão ou exclusão de discentes, conforme movimentação do corpo discente.

8.2. A relação/listagem será apurada mensalmente mediante envio de listagem atualizada à contratada, contendo a relação de alunos matriculados no mês de referência, na qual deverá constar a discriminação do quantitativo por segmento de ensino, incluindo, no mínimo, pré-escola, creche, ensino fundamental, ensino médio, EJA – ensino fundamental e EJA – ensino médio.

8.3. O pagamento à contratada será calculado com base no valor unitário do prêmio por aluno segurado, multiplicado pela quantidade de discentes incluídos na apólice coletiva no respectivo período de apuração.

40.

#### **8.4. Da Liquidação:**

**8.4.1.** O prazo para liquidação da despesa será de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, desde que atendidas todas as condições exigidas para a sua regular tramitação.

8.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a descrição do serviço;
- prazo de validade;
- a data de emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- período respectivo de execução do contrato;
- valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

41.

8.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

8.4.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação das documentações constantes no art. 68 da Lei 14.133/21.

42.

#### **8.5. Do prazo de pagamento:**

8.5.1. O pagamento deverá ser realizado observando a Ordem Cronológica e demais orientações previstas e impostas pela Lei Federal 14.133/21, com ênfase nos artigos 141 a 146 desta mesma Lei.

8.5.2. O pagamento deverá ser realizado em até **20 dias úteis** contados da conclusão da liquidação da despesa.

8.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133, de 2021.

8.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

#### 8.5.8. Forma de Pagamento:

8.5.8.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.5.8.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.5.8.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.5.8.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 8.6. Do Reajuste

8.6.1. Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, podendo ser reajustado a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela **CONTRATADA** e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, consoante a seguinte fórmula:

$$P_n = (I_n / I_o) \times P_o$$

Onde:

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

Pn = Preço do mês desejado.

In = índice referente ao mês de aniversário da proposta da **CONTRATADA**.

Io = índice referente à data de apresentação da proposta pela **CONTRATADA**.

Po = Preço Inicial.

- 8.6.2. A **CONTRATADA** não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria **CONTRATADA**, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.
- 8.6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.
- 8.6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos quantitativos porventura existentes.
- 8.6.5. Os reajustes que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário da proposta serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

## 9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133/21 e Decreto Municipal 4.483/2025, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2 As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.3 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Contratante poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto e das sanções aplicáveis, dentre outros.

---

## **9.5 PREPOSTO**

- 9.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 9.7 A Contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 9.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **9.9 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO**

- 9.10 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **9.11 FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

- 9.12 Cabe ao fiscal do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
- 9.13 Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- 9.14 Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- 9.15 Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 9.16 Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- 9.17 Adotar medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto;

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 
- 9.18 Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 9.19 Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- 9.20 Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato;
- 9.21 Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- 9.22 Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- 9.23 Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 9.24 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- 9.25 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **9.26 GESTOR DO CONTRATO**

- 9.27 Cabe ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:
- 9.28 Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- 9.29 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 9.30 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 9.31 Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.32 Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos;
- 9.33 Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- 9.34 Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo, e setorial quando for o caso;
- 9.35 Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- 9.36 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

## **10. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

**11.1 Com a finalidade de subsidiar a elaboração da minuta contratual, apresentam-se a seguir algumas orientações a serem observadas pelas partes na execução do objeto:**

11.2 A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as cláusulas e condições estabelecidas em contrato, bem como aquelas constantes em sua proposta.

11.3 A cobertura securitária terá início na data de publicação do instrumento contratual no PNCP.

11.4 A CONTRATADA deverá emitir a apólice coletiva de seguro no prazo estabelecido em contrato, contendo todas as coberturas, capitais segurados e condições previstas neste Termo de Referência.

11.5 A partir da assinatura do contrato, a CONTRATANTE enviará a relação dos alunos, ficando a CONTRATADA obrigada a assegurar imediatamente os beneficiários.

11.6 Inclusões, alterações e/ou exclusões serão feitas mediante atualização do banco de dados do Sistema Acadêmico enviada mensalmente pela CONTRATANTE.

11.7 O seguro deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a rotatividade de alunos.

11.8 O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando exclusões e inclusões de alunos.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 
- 11.9 A partir do início da vigência do contrato, os discentes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino e informados pela CONTRATANTE integrarão automaticamente o grupo segurado inicial.
- 11.10 Nos casos de novas matrículas realizadas no decorrer do ano letivo, os respectivos discentes passarão a integrar o grupo segurado a partir da data de sua matrícula, conforme relação de segurados encaminhada pela Administração à seguradora.
- 11.11 Poderá ser admitida cobertura retroativa de até 45 (quarenta e cinco) dias para alunos regularmente matriculados antes do envio da relação de segurados pela CONTRATANTE, desde que comprovada a matrícula anterior à ocorrência do sinistro e observadas as condições estabelecidas na apólice.
- 11.12 A Seguradora contratada deverá observar as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e atender às regulamentações e critérios operacionais definidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgãos integrantes do Sistema Nacional de Seguros Privados instituído pelo Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966.
- 11.13 A cobertura será de 24 (vinte e quatro) horas/dia, em tempo integral ao período referente a atividade/representação, para acidentes pessoais ocorridos durante a participação do segurado em atividades escolares ou eventos promovidos ou autorizados pela CONTRATANTE, assim como durante seu transporte, em todo o território nacional.
- 11.14 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento específico para comunicação de sinistros, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento dos processos de indenização, podendo ser por meio de telefone, sistema eletrônico ou endereço eletrônico institucional.
- 11.15 A CONTRATADA deverá disponibilizar orientação sobre a rede credenciada e procedimentos para atendimento emergencial por meio de canal de atendimento telefônico ou eletrônico.
- 11.16 Nos casos de atendimento decorrente de acidente pessoal coberto pela apólice, a CONTRATADA deverá disponibilizar rede referenciada de atendimento ou orientar previamente os procedimentos necessários para o adequado encaminhamento do segurado, de forma a evitar, sempre que possível, a necessidade de desembolso direto por parte do discente segurado ou de seus responsáveis legais.
-

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 11.17 Na hipótese de inexistência de rede referenciada no local do atendimento, as despesas médicas, hospitalares e odontológicas devidamente comprovadas poderão ser reembolsadas pela CONTRATADA, observados os limites e condições estabelecidos na apólice.
- 11.18 A CONTRATADA deverá iniciar o processo de regulação do sinistro imediatamente após o recebimento da comunicação formal e da documentação inicial encaminhada pela CONTRATANTE, pela unidade escolar ou pelo responsável legal do discente segurado, podendo solicitar documentos complementares necessários à análise do evento.
- 11.19 Caso sejam necessários documentos ou informações complementares para a regulação do sinistro, a CONTRATADA deverá solicitá-los de forma fundamentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da comunicação inicial do evento.
- 11.20 A análise do sinistro deverá ocorrer de forma célere, observando-se as normas e regulamentações aplicáveis ao mercado de seguros.
- 11.21 É vedada a cobrança de qualquer valor, taxa, franquia, coparticipação ou contribuição adicional do discente segurado ou de seus responsáveis legais, sendo o custo integral do seguro assumido pela CONTRATANTE, na condição de estipulante da apólice coletiva.
- 11.22 A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das indenizações devidas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado da data de entrega de toda a documentação necessária à regulação do sinistro, conforme condições estabelecidas na apólice e na regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- 11.23 A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, relatório contendo informações consolidadas sobre os sinistros comunicados, indenizações pagas e situações pendentes de análise no âmbito da apólice coletiva.
- 11.24 A CONTRATANTE atuará exclusivamente na condição de estipulante da apólice, não assumindo responsabilidade financeira ou securitária pelos riscos cobertos, os quais serão integralmente assumidos pela seguradora contratada.
- 11.25 A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade das informações pessoais dos segurados, observando a Lei Geral de Proteção de Dados.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 11.26 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, respondendo por quaisquer danos decorrentes de falhas na prestação do serviço.
- 11.27 A CONTRATADA deverá comunicar à Administração, imediatamente, qualquer fato que possa comprometer a execução do contrato ou a continuidade da cobertura securitária.
- 11.28 A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 11.29 A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento do prêmio do seguro nas condições e prazos estabelecidos no contrato.
- 11.30 É dever da CONTRATADA observar as disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor, sendo vedada a utilização de trabalho de menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, bem como a utilização de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.
- 11.31 É de responsabilidade da CONTRATADA arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto.
- 11.32 Ressalta-se que a definição das cláusulas contratuais é de competência do setor responsável pela elaboração e formalização do contrato administrativo.**

## **12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **12.1 SANÇÕES**

- 12.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave a sanção referida no item acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.4 **Multa:**



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” a “k” de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 18% (dezoito por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “g”, de 15% (quinze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 8% (oito por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

- 12.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 12.6 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 12.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 12.9 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 
- 12.11 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.
- 12.12 Caso a proposta comercial não contenha indicação expressa de endereço eletrônico, será utilizado, para o fim descrito acima, o correio eletrônico constante do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da pessoa jurídica.
- 12.13 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e nos documentos cadastrais serão considerados meios oficiais e permanentes de comunicação da empresa, presumindo-se sua validade para todos os efeitos, não cabendo alegação de desconhecimento quanto às comunicações que a eles forem regular e comprovadamente encaminhadas pela Administração.
- 12.14 Na aplicação das sanções serão considerados:
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as peculiaridades do caso concreto;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - os danos que dela provierem para o Contratante; e
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.15 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.16 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
-

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 12.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.18 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

### 13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 13.1 O fornecedor será selecionado por meio de **contratação direta** com fundamento no **art. 75, inciso II**, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão de o valor estimado da contratação enquadrar-se no limite legal estabelecido para contratações de pequeno valor, observados os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

43.

#### 13.2 Regime de Execução

- 13.2.1 O regime de execução do objeto será de **empreitada por preço unitário**, considerando que a remuneração da contratada será calculada com base no valor unitário do prêmio de seguro por aluno segurado, aplicado ao quantitativo de discentes efetivamente incluídos na apólice coletiva ao longo da execução contratual, admitindo-se a atualização periódica da relação de beneficiários conforme a movimentação do corpo discente da Rede Municipal de Ensino.

44.

#### 13.3 Exigências de Habilitação

- 13.3.1 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

45.

#### 13.4 Habilitação Jurídica

- 13.4.1 A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos documentos previstos no art. 62, I, da Lei nº 14.133/2021, conforme o tipo societário da Contratada.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 
- 13.4.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 13.4.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 13.4.4 Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP): ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme a natureza jurídica da empresa, acompanhado de documento que comprove seu enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- 13.4.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.4.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 13.4.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 13.4.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 13.4.9 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 13.4.10 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei
-

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **13.5 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

13.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

13.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, referente a todos os créditos tributários e à Dívida Ativa por eles administrados;

13.5.7 Prova de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 13.5.8 Prova de cumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- 13.5.9 Certidões Negativas de inidoneidade do CEIS e CNEP;
- 13.5.10 Certidão Negativa de licitante inidôneo emitida pelo TCU;
- 13.5.11 Certificado de Registro Cadastral no SICAF;
- 13.5.12 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.5.13 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **13.6 Qualificação Econômico-Financeira**

- 13.6.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 13.6.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- 13.6.3 A boa situação financeira da empresa será avaliada mediante obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**LG** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

**SG** = Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

**LC** = Ativo Circulante / Passivo Circulante

- 13.6.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a **5%** do valor total estimado da contratação para o período de 12 meses.

13.6.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.6.6 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### 13.7 Qualificação Técnica

13.7.1 Para fins de execução plena do objeto requerido, será necessário que a empresa tenha qualificação técnica para tal de acordo com as descrições a seguir:

13.7.2 Comprovar autorização de funcionamento como sociedade seguradora, expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em plena validade, estando habilitada a operar no ramo de seguro compatível com o objeto da contratação;

13.7.3 Comprovar registro ou autorização para comercialização do produto de seguro ofertado, conforme regulamentação da SUSEP, quando aplicável.

46.

## 14. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

14.1 A presente contratação está aderente ao planejamento do **Fundo Municipal de Educação**, que mantém o cumprimento das contratações de bens e serviços conforme demanda, como forma de garantir o perfeito funcionamento da instituição com segurança operacional, boas condições para o exercício da administração e com totais garantias para o atendimento de suas atividades fins.

14.2 Para tanto, o **FME** mantém seus atos de planejamento e controle atualizados e em permanente modernização, tendo entre seus objetivos melhorar os procedimentos, na forma e no momento mais adequado.

14.3 O fulcro deste **TR** é estabelecer as condições necessárias para que se proceda a uma contratação dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, e principalmente ampla e irrestrita transparência

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

processual no processo de escolha da solução que mais se adequa à demanda identificada pelo Órgão.

#### 14.4 Referência a outros instrumentos de planejamento

14.4.1 A contratação pretendida está alinhada ao **Plano de Contratações Anual 2026 do Fundo Municipal de Educação**, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos e processos.

14.4.2 Informa-se que o link do PCA 2026 da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo (PMAC) ainda não se encontra disponível no PNCP, pois está em fase de elaboração.

14.4.3 A contratação pretendida está presente também no Plano Plurianual da PMAC.

#### 15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 O valor estimado da contratação não será consignado neste Termo de Referência neste momento, uma vez que a pesquisa de preços realizada anteriormente no Estudo Técnico Preliminar possui caráter meramente preliminar, destinada exclusivamente à estimativa inicial de custos e à análise comparativa das soluções disponíveis no mercado, não se prestando à definição do orçamento oficial da contratação.

15.2 A apuração do valor estimado definitivo da contratação será realizada em momento oportuno pela **Secretaria de Compras e Licitações**, por meio de pesquisa de preços formal e específica, conduzida nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a qual subsidiará a formação do orçamento estimativo, a verificação da vantajosidade e a adequada instrução do processo.

#### 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação serão atendidas pela indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica a ser indicada no instrumento convocatório, em conformidade com a reserva orçamentária.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

16.2 Se for o caso, as relativas aos exercícios financeiros subsequentes serão indicadas após aprovação da Lei Orçamentária respectiva, mediante apostilamento.

16.3 Em se tratando de Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 17. ASSINATURAS

### **Documento elaborado por:**

Rafaela dos Santos Coradello Layber

Assessor III

Matrícula: 66.703

### **Documento aprovado por:**

Bernardo Martins Alcantara Veiga da Silva

Secretário Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia, Esporte e Lazer

Matrícula: 56.963

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

---

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº x x x x x x , sediada na x x x x x , por meio de seu representante legal abaixo identificado, DECLARA, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

1. Atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
2. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
3. Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
4. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
5. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em [www.arraial.rj.gov.br](http://www.arraial.rj.gov.br)
7. No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
8. No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
9. Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021.
10. Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
11. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

---

requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

xxxxxxx. xxx de xxxxx de 2026

---

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2026

PROCESSO: ARC-0401160001782026

A empresa abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, pelos preços e condições assinalados na presente proposta.

Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Item	DESCRIÇÃO	Unidade	Preço MENSAL	PREÇO GLOBAL ANUAL
ITEM 01	Descrição resumida do item	SERVIÇO	R\$	R\$

**1)** Declaro que a proposta ofertada inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital de Dispensa Eletrônica nº 008/2026.

**2)** O prazo de validade desta proposta comercial é de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**DADOS BANCÁRIOS: BANCO: CONTA CORRENTE:**

Arraial do Cabo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal ou Preposto Constituído





PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

---

**ANEXO IV – VALORES ENCONTRADOS NA PESQUISA DE PREÇOS**

VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	SEGURO ESCOLAR	9.540	VIDAS/MÊS (Por 12 meses)	R\$ 0,36	R\$ 41.212,80

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

## **ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**

(Processo Administrativo nºxxx/202x)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/202x, QUE FAZEM  
ENTRE SI O XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXX.

O XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua xxxxxxxxx, na cidade de Arraial do Cabo/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal XXXXXX, o Sr. XXXXXXxxxxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxxx, de xxx de xxxxx de 202x, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx., doravante denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA xxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº .xxxxx., sediado(a) na xxxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. (a) xxxxx (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa/procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xxxx/202x e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Dispensa Eletrônica Eletrônico nº xxx/202x*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de xxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1			

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Dispensa de Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

---

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 A vigência do contrato terá início a partir de sua publicação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), assim como a vigência de execução do objeto.

2.2 A emissão da apólice coletiva deverá ocorrer no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis contados da referida publicação.

2.3 A cobertura securitária deverá ter início na mesma data da vigência contratual, assegurando proteção contínua aos discentes indicados pela Administração, ainda que a formalização definitiva da apólice ocorra posteriormente dentro do prazo estabelecido.

2.4 A execução será a partir da publicação do contrato no PNCP, sendo acionada sempre que houver ocorrência de sinistro envolvendo os discentes segurados, conforme as condições e coberturas estabelecidas no contrato.

2.5 A contratada deverá emitir a apólice coletiva de seguro escolar, contemplando todos os alunos indicados pela Administração, com possibilidade de inclusão e exclusão de beneficiários ao longo da vigência contratual, conforme atualização periódica da relação de discentes matriculados.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que a execução das coberturas securitárias constitui atividade privativa de seguradora devidamente autorizada a operar no mercado, permanecendo a contratada integralmente responsável pela execução das obrigações assumidas.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

---

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, podendo ser reajustado a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo, no caso de materiais e equipamentos, à variação dos índices IPCA-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, consoante a seguinte fórmula:

$$P_n = (I_n / I_o) \times P_o$$

Onde:

P<sub>n</sub> = Preço do mês desejado.

I<sub>n</sub> = índice referente ao mês de aniversário da proposta da CONTRATADA.

I<sub>o</sub> = índice referente à data de apresentação da proposta pela CONTRATADA.

P<sub>o</sub> = Preço Inicial.

7.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

7.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

7.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos quantitativos porventura existentes.

7.5. Os reajustes que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário da proposta serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA (art. 92, X, XI, XIV, XVI e XVII)**

8.1 A CONTRATADA deverá cumprir integralmente todas as cláusulas e condições estabelecidas em contrato, bem como aquelas constantes em sua proposta.

8.2 A cobertura securitária terá início na data de publicação do instrumento contratual no PNCP.

---

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

- 
- 8.3 A CONTRATADA deverá emitir a apólice coletiva de seguro no prazo estabelecido em contrato, contendo todas as coberturas, capitais segurados e condições previstas neste Termo de Referência.
- 8.4 A partir da assinatura do contrato, a CONTRATANTE enviará a relação dos alunos, ficando a CONTRATADA obrigada a assegurar imediatamente os beneficiários.
- 8.5 Inclusões, alterações e/ou exclusões serão feitas mediante atualização do banco de dados do Sistema Acadêmico enviada mensalmente pela CONTRATANTE.
- 8.6 O seguro deverá permitir a substituição de segurados, tendo em vista a rotatividade de alunos.
- 8.7 O contrato de seguro deverá, portanto, prever tal situação, possibilitando exclusões e inclusões de alunos.
- 8.8 A partir do início da vigência do contrato, os discentes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino e informados pela CONTRATANTE integrarão automaticamente o grupo segurado inicial.
- 8.9 Nos casos de novas matrículas realizadas no decorrer do ano letivo, os respectivos discentes passarão a integrar o grupo segurado a partir da data de sua matrícula, conforme relação de segurados encaminhada pela Administração à seguradora.
- 8.10 Poderá ser admitida cobertura retroativa de até 45 (quarenta e cinco) dias para alunos regularmente matriculados antes do envio da relação de segurados pela CONTRATANTE, desde que comprovada a matrícula anterior à ocorrência do sinistro e observadas as condições estabelecidas na apólice.
- 8.11 A Seguradora contratada deverá observar as diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e atender às regulamentações e critérios operacionais definidos pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgãos integrantes do Sistema Nacional de Seguros Privados instituído pelo Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966.
- 8.12 A cobertura será de 24 (vinte e quatro) horas/dia, em tempo integral ao período referente a atividade/representação, para acidentes pessoais ocorridos durante a participação do segurado em atividades escolares ou eventos promovidos ou autorizados pela CONTRATANTE, assim como durante seu transporte, em todo o território nacional.
- 8.13 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de atendimento específico para comunicação de sinistros, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento dos processos de indenização, podendo ser por meio de telefone, sistema eletrônico ou endereço eletrônico institucional.
- 8.14 A CONTRATADA deverá disponibilizar orientação sobre a rede credenciada e procedimentos para atendimento emergencial por meio de canal de atendimento telefônico ou eletrônico.
- 8.15 Nos casos de atendimento decorrente de acidente pessoal coberto pela apólice, a CONTRATADA deverá disponibilizar rede referenciada de atendimento ou orientar previamente os procedimentos necessários para o adequado encaminhamento do segurado, de forma a evitar, sempre que possível, a necessidade de desembolso direto por parte do discente segurado ou de seus responsáveis legais.
-

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

8.16 Na hipótese de inexistência de rede referenciada no local do atendimento, as despesas médicas, hospitalares e odontológicas devidamente comprovadas poderão ser reembolsadas pela CONTRATADA, observados os limites e condições estabelecidos na apólice.

8.17 A CONTRATADA deverá iniciar o processo de regulação do sinistro imediatamente após o recebimento da comunicação formal e da documentação inicial encaminhada pela CONTRATANTE, pela unidade escolar ou pelo responsável legal do discente segurado, podendo solicitar documentos complementares necessários à análise do evento.

8.18 Caso sejam necessários documentos ou informações complementares para a regulação do sinistro, a CONTRATADA deverá solicitá-los de forma fundamentada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da comunicação inicial do evento.

8.19 A análise do sinistro deverá ocorrer de forma célere, observando-se as normas e regulamentações aplicáveis ao mercado de seguros.

8.20 É vedada a cobrança de qualquer valor, taxa, franquia, coparticipação ou contribuição adicional do discente segurado ou de seus responsáveis legais, sendo o custo integral do seguro assumido pela CONTRATANTE, na condição de estipulante da apólice coletiva.

8.21 A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das indenizações devidas no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contado da data de entrega de toda a documentação necessária à regulação do sinistro, conforme condições estabelecidas na apólice e na regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

8.22 A CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, relatório contendo informações consolidadas sobre os sinistros comunicados, indenizações pagas e situações pendentes de análise no âmbito da apólice coletiva.

8.23 A CONTRATANTE atuará exclusivamente na condição de estipulante da apólice, não assumindo responsabilidade financeira ou securitária pelos riscos cobertos, os quais serão integralmente assumidos pela seguradora contratada.

8.24 A CONTRATADA deverá manter sigilo e confidencialidade das informações pessoais dos segurados, observando a Lei Geral de Proteção de Dados.

8.25 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto contratado, respondendo por quaisquer danos decorrentes de falhas na prestação do serviço.

8.26 A CONTRATADA deverá comunicar à Administração, imediatamente, qualquer fato que possa comprometer a execução do contrato ou a continuidade da cobertura securitária.

8.27 A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.28 A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento do prêmio do seguro nas condições e prazos estabelecidos no contrato.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

8.29 É dever da CONTRATADA observar as disposições legais relativas à proteção do trabalho do menor, sendo vedada a utilização de trabalho de menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, bem como a utilização de menores de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

8.30 É de responsabilidade da CONTRATADA arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto

#### **CLÁUSULA NONA– DA ALTERAÇÃO DOS SEGURADOS**

9.1 É admitida a exclusão e inclusão de alunos da apólice de seguros, devendo a CONTRATANTE informar mensalmente junto do relatório atualizado do banco de dados do Sistema Acadêmico quais alunos serão incluídos e quais serão excluídos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

---

11.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave a sanção referida no item acima, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 Multa:

- Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” a “k” de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 18% (dezoito por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “g”, de 15% (quinze por cento) a 18% (dezoito por cento) do valor da contratação.
- Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 8% (oito por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

11.4 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.5 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

---

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

11.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.10 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

11.11 Caso a proposta comercial não contenha indicação expressa de endereço eletrônico, será utilizado, para o fim descrito acima, o correio eletrônico constante do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da pessoa jurídica.

11.12 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e nos documentos cadastrais serão considerados meios oficiais e permanentes de comunicação da empresa, presumindo-se sua validade para todos os efeitos, não cabendo alegação de desconhecimento quanto às comunicações que a eles forem regular e comprovadamente encaminhadas pela Administração.

11.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.15 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.17 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I – não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II – desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III – alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV – decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V – caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI – razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII – não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12.7 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Arraial do Cabo deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

17.1 Além das avençadas em Termo de Referência (ANEXO I), as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), e o Decreto Municipal nº 4.381/2025, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

17.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

17.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.7 O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

PROCESSO Nº: ARC-0401160001782026

17.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

17.11 O Contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)**

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Arraial do Cabo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA– ANEXO**

##### **ANEXO I – Termo de Referência**

Arraial do Cabo, xx de xxxxxx de 202x.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_